

DINÂMICA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT: conflitos na produção e uso do território

Tânia Paula da **SILVA**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso,
E-mail: tanggela@bol.com.br

Valéria de **O'LOIOLA**

Mestre em Geografia pela UNEMAT
E-mail: valeria.loiola@hotmail.com

RESUMO: Na atualidade, verifica-se o avanço acelerado na produção de soja em grande parte do Estado de Mato Grosso e, mais recentemente, essa agricultura empresarial produtivista passa a ser inserida no município de Cáceres, com forte aporte de inovações tecnológicas. Situação que tem gerado, neste município, tensão e conflitos entre os movimentos socioambientais e o agronegócio pela apropriação e uso do território cacerense. Deste modo, busca-se neste artigo analisar as novas dinâmicas do território cacerense no atual contexto de expansão do agronegócio da soja, bem como a tensão e os conflitos socioterritoriais decorrentes desta expansão. A pesquisa de natureza qualitativa, envolveu revisão bibliográfica para construção do embasamento teórico; trabalhos de campo para diálogos com os movimentos socioambientais em Cáceres e, por fim, coleta de dados e informações nas instituições públicas locais. Em Cáceres-MT o avanço do agronegócio da soja tem provocado grande pressão socioambiental e territorial nos camponeses e nas comunidades tradicionais locais, compostas por ribeirinhos, pescadores, quilombolas, dentre outros, na medida em que tem se apresentado como único modelo produtivo capaz de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento do município e região. Contudo, as resistências contra esse modelo de desenvolvimento excludente e antagônico emergem nas lutas empenhadas pelos camponeses, comunidades tradicionais e os diversos grupos socioambientais.

Palavras-chave: Território; Conflitos; Movimentos Socioambientais.

TERRITORIAL DYNAMICS IN THE MUNICIPALITY OF CÁCERES-MT: conflicts in the production and use of the territory

ABSTRACT: The intense occupation of the cerrado of Mato Grosso, whose economic base is the monoculture of grains and the formation of cultivated pastures, has caused numerous changes in the natural environment, as well as in the social, economic and cultural dynamics of the local and regional context. Situation that has generated, in this municipality, tension

and conflicts between the social-environmental movements and the agribusiness for the appropriation and use of the cacerense territory. In this way, this article seeks to analyze the new dynamics of Cáceres territory in the current context of expansion of soybean agribusiness, as well as the tension and socio-territorial conflicts arising from this expansion. The research of qualitative nature involved bibliographical revision for the construction of the theoretical base; fieldwork for dialogues with socio-environmental movements in Cáceres and, finally, data and information collection in local public institutions. In Cáceres-MT the advancement of soybean agribusiness has provoked great socio-environmental and territorial pressure on peasants and local traditional communities, composed of riverine, fishermen, quilombolas, among others, as it has presented itself as the only productive model capable to promote economic growth and the development in the municipality and region. However, resistance against this exclusionary and antagonistic development model emerges in the struggles committed by peasants, traditional communities and the various socio-environmental groups.

Key-words: Territory; Conflicts; Socio-environmental Movements.

DINÁMICA TERRITORIAL EN CÁCERES-MT: conflictos en la producción y uso del territorio

RESUMEN: Actualmente, hay un avance acelerado en la producción de soja en gran parte del estado de Mato Grosso y, más recientemente, esta agricultura empresarial productivista ahora se inserta en el municipio de Cáceres, con una fuerte contribución de innovaciones tecnológicas. Situación que ha generado, en este municipio, tensiones y conflictos entre movimientos socioambientales y agronegocios para la apropiación y uso del territorio de Cáceres. Así, este artículo busca analizar la nueva dinámica del territorio cacerense en el contexto actual de expansión de los agronegocios de la soja, así como la tensión y los conflictos socio-territoriales resultantes de esta expansión. La investigación cualitativa incluyó una revisión bibliográfica para construir la base teórica; trabajo de campo para diálogos con movimientos sociales y ambientales en Cáceres y, finalmente, recopilación de datos e información en instituciones públicas locales. En Cáceres-MT, el avance del agronegocio de la soja ha causado una gran presión socioambiental y territorial sobre los campesinos y las comunidades locales tradicionales, compuestas por ribereños, pescadores, quilombolas, entre otros, ya que se ha presentado como el único modelo productivo capaz de promover Crecimiento económico y desarrollo del municipio y región. Sin embargo, las resistencias contra este modelo de desarrollo excluyente y antagónico surgen en las luchas de los campesinos, las comunidades tradicionales y diversos grupos sociales y ambientales.

Palabras-claves: Territorio; Conflicts; Movimientos socioambientales.

INTRODUÇÃO

A dinâmica territorial é entendida como as tramas sociais que se condensam no território, revelando sua natureza histórica. Bomtempo (2012) salienta que a discussão geográfica leva em consideração tanto as dinâmicas da natureza, como as do território. É no território que a sociedade se relaciona observando seu espaço, em um intercâmbio contínuo,

possibilitando sua humanização ou desumanização, mediante construções e desconstruções desencadeadas para atender necessidades humanas. Portanto, “o território diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 02).

Bampi, et al., (2017, p. 30) ressalta que o território tem que ser compreendido como:

[...] manifestação de um campo de forças em que práticas do exercício do poder estão atreladas às dimensões econômicas, culturais, simbólicas e ambientais entre grupos que disputam áreas e anunciam estratégias de controle e transformações socioespaciais, bem como de reexistências de formas alternativas de vida à dinâmica do capital.

Moraes (2000) refere-se ao território como sendo um espaço social, que a sociedade passa a qualificá-lo e logo inexistente como realidade puramente natural. Ele é construído a partir da apropriação e transformação da natureza pela nossa sociedade no processo produtivo relacional e existencial.

O território, dentro deste contexto de uso social, expressa a vida humana em suas várias manifestações relacionais, caracterizando-o como movimento histórico. Em nossa análise, levamos em consideração esse aspecto relacional do território, espaço de liberdade e resistência, que no caso específico deste estudo, permite entender a dinâmica socioterritorial de Cáceres-MT, a qual tem vivenciado, ao longo do tempo, constantes transformações socioambientais das territorialidades preexistentes, situação que tem gerado conflitos na produção e uso do território cacerense.

Assim, diante de tal problemática, este estudo busca analisar a dinâmica territorial do município de Cáceres no contexto de expansão da monocultura da soja, bem como tensões e conflitos socioterritoriais decorrentes desta expansão.

A justificativa e relevância do estudo se manifesta no fato de que o município de Cáceres e região, território pantaneiro, de maneira contínua e gradual, tem apresentado uma série de problemas e conflitos socioterritoriais, gerados pela falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável, que se chocam paulatinamente no cotidiano das populações economicamente desfavorecidas.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2017 a 2019 e como procedimento metodológico adotou três instrumentos que envolveram, de início, uma revisão bibliográfica para construção do embasamento teórico-metodológico sobre o tema em questão. Em seguida, lançou-se mão da pesquisa documental, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MT),

além de matérias vinculadas na mídia mato-grossense, dentre outros, sobre o avanço do agronegócio e os conflitos socioterritoriais decorrente deste processo no território pantaneiro. E, por fim, houve a elaboração e aplicação de roteiro de entrevistas, bem como a pesquisa participante, realizada junto às ações desenvolvidas pelos grupos socioambientais mais atuantes em Cáceres.

Ressalta-se que os participantes desta pesquisa, em sua grande maioria, lideranças dos grupos socioambientais do município de Cáceres/MT, possuem características singulares, relevantes, que os qualificam como fonte confiável sobre as informações e opiniões referente aos conflitos socioambientais e luta dos grupos e movimentos sociais em defesa do território pantaneiro.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE CÁCERES-MT

A cidade de Cáceres-MT foi fundada no dia 06 de outubro de 1778, pelo Tenente Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho por ordens do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, português que governou Mato Grosso por 12 anos, tendo como denominação Villa Maria do Paraguay.

Sua fundação surge motivada para se ter maior proteção da fronteira sudoeste de Mato Grosso, sendo ponto estratégico entre as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, navegável pelo Rio Paraguai até São Paulo. Deste modo, implanta-se um posto fiscal, visando o controle da evasão de impostos dos condutores de ouro e o próprio contrabando de ouro extraído do Vale do Guaporé (DAN, 2010, p. 24).

Cáceres teve seu desenvolvimento econômico ligado ao extrativismo, pecuária, e o comércio instalado no centro urbano do município, tendo como principais produtos comercializáveis a borracha, a madeira, plantas medicinais, e o gado. A sua organização socioespacial se deu a partir de vários ciclos econômicos, interpondo períodos de altos índices econômicos e de estagnação ao longo de sua história.

O município, se beneficiou dos programas de desenvolvimento do Governo Federal criado em 1970, tais como Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); o Programa de integração e desenvolvimento do Noroeste (POLONOROESTE), que construiu e pavimentou várias estradas interligando Cuiabá-Porto Velho, melhorou a infraestrutura, assistência técnica e demarcou terras indígenas e regulamentação fundiária; e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à

Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) que estimulou o acesso às terras devolutas e públicas (DAN, 2010).

No período pós-fundação, a economia de Cáceres pautava-se na criação de gado extensivo e agricultura de subsistência. Tendo até os dias atuais a pecuária como atividade econômica predominante, praticada há mais de dois séculos na região pantaneira, de início de forma tradicional extensiva. A maioria dos criadores de gado desta região fazem uso de pastagens nativas, dispondo atualmente de técnicas modernas no manejo da bovinocultura, tornando assim essa produção mais competitiva, modificando e reordenando a dinâmica socioeconômica da região.

Pela Lei Provincial, de 28 de junho de 1850, Vila Maria do Paraguay passou a ser denominada de Vila de São Luiz do Paraguai. Em 05 de maio de 1874, a Vila de São Luiz do Paraguai foi elevada à categoria de cidade com a denominação de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao seu fundador e santo padroeiro. (CARDOSO e SIMON, 2011). O Decreto nº. 208, de 26 de outubro de 1938, por decisão da Câmara Municipal, passou a ser denominada apenas de Cáceres (MENDES, 1998).

Ainda segundo Mendes (1988), a organização socioespacial do município aconteceu por meio de vários ciclos econômicos interpondo períodos de altos índices econômicos e de estagnação ao longo de sua história. A intensificação comercial entre Cáceres e Corumbá feita por navegação fluvial pelo rio Paraguai, torna possível o advento de importantes estabelecimentos industriais, tais como: a Fazenda Ressaca (usina de açúcar), Barranco Vermelho e Descalvados (produção de charque, caldos, extratos e conservas de carnes) os produtos ali fabricados eram destinados à exportação. Essas fazendas muito contribuíram com a economia da cidade no século XIX e início do século XX.

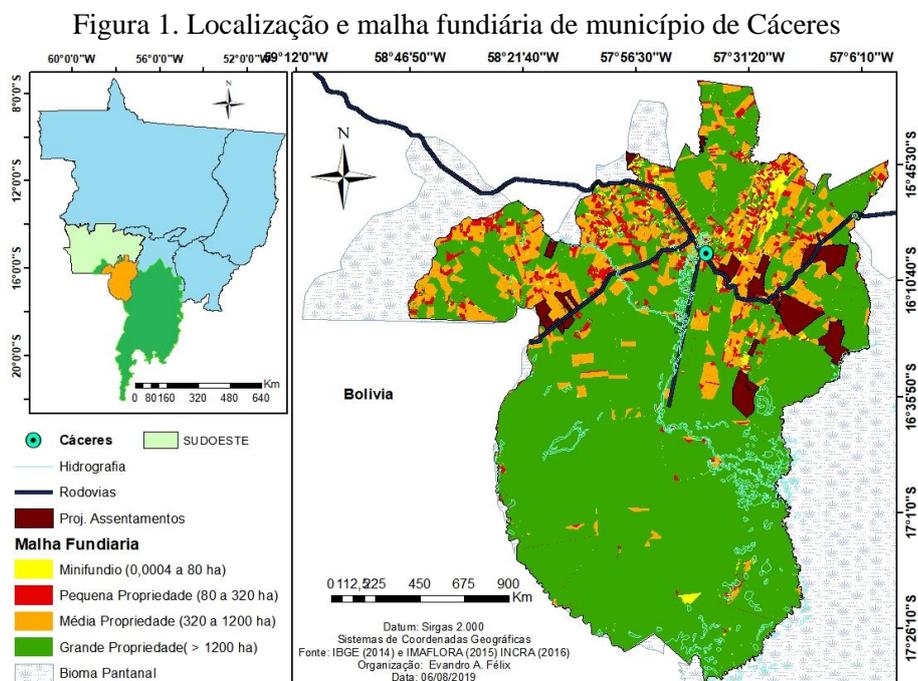
A extração poaia (ipecacuanha brasilienses) nas matas do Alto Paraguai, de onde se extraíam riquezas da época e também a extração da borracha, peles de animais, madeira e a pecuária extensiva nas fazendas agropastoris, se constituíram em fatores fundamentais para o reavivamento parcial do escasso povoamento da região de Cáceres, que perdurou até meados do século XX, período de um Brasil estritamente agroexportador e de poder político proveniente da propriedade rural (MENDES, 1998).

Durante o governo militar, nas décadas de 1960 a 1980, a região, estimulada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Federal, inicia um grande crescimento econômico e populacional, impulsionado pelas políticas de expansão da fronteira agrícola (MEDEIROS, 1999).

A expansão agrícola no Estado proporciona o aumento expressivo da população vinda de outras regiões tomando posse das terras devolutas e terras públicas. Em Cáceres diversas transformações ocorrem para uma melhor estruturação: instalação de linhas de telégrafos, abertura da rodovia BR-070, a ponte de concreto Marechal Rondon, interligando o Leste ao Oeste do Estado, facilitando assim a instalação de vários núcleos populacionais no território (MENDES, 1998).

Cáceres por vários anos foi considerado como polo colonizador devido ao grande fluxo migratório em busca de terras de preços baixos. Contudo, o município passou por diversas transformações em sua configuração territorial, com desmembramentos que deram origem à vários municípios. Nesse contexto, surgem 15 novos municípios emancipados de Cáceres. A última emancipação foi de Curvelândia em 1998 (FERREIRA, 2014).

Cáceres é considerada o segundo município com o maior número de estabelecimentos agropecuários do Estado de Mato Grosso, com 1.085 em 2006, representando 32% das 6.515 propriedades rurais do Pantanal Norte (IBGE, 2006)¹. O rebanho do município de Cáceres e região conta com 1.113.134 cabeças de gado (IBGE, 2016). Portanto, a grande propriedade foi e ainda é o traço predominante da estrutura fundiária do município, com atividade econômica predominantemente calcada na pecuária extensiva. Na Figura 01 visualiza-se a localização do município de Cáceres-MT.



¹ Último censo oficial do IBGE, que em 2010 foram feitas somente algumas atualizações.

Contudo, pode-se afirmar que Cáceres e região passaram por muitas transformações em sua configuração socioespacial ao longo do tempo e, a partir de 1980, novas mudanças ocorrem na paisagem da região e do município com a implantação de 21 assentamentos rurais, os quais tem possibilitado aos camponeses gerar alimentos e renda em espaços que antes eram apenas destinados aos grandes latifúndios (SILVA, 2014).

Na atualidade, segundo o IBGE (2006), as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária extensiva, o comércio, o turismo e a prestação de serviços. A pecuária continua sendo uma de suas principais atividades econômicas do município e nas últimas décadas o município teve um forte incremento na área do turismo.

Ressalta-se ainda que, na atualidade, assistimos também no município a expansão territorial da monocultura da soja, voltada para o mercado exportador, liderada, desde 2015, pelos plantios da empresa Grendene, em áreas próximas aos territórios dos camponeses e das comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e indígenas). Situação essa que cada vez mais tem acarretado conflitos entre pequenos agricultores e sojicultores, principalmente em torno da posse da terra e da atividade nela exercida.

CÁCERES-MT: DINÂMICA TERRITORIAL E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Cáceres está situada à margem direita do rio Paraguai, conhecida como “Portal do Pantanal”. O Pantanal desde 2000 é considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade (MORENO e HIGA, 2005). Este bioma é constituído por um mosaico formado pela convergência dos domínios: floresta Amazônica, Cerrados e o Pantanal.

O município de Cáceres, como o estado de Mato Grosso, possui estrutura fundiária caracterizada pela posse da grande propriedade rural, como apontado no Plano Diretor do Município de Cáceres (2010).

A estrutura fundiária de Cáceres, não difere muito da estadual. As grandes propriedades ocupam mais de 70% do total da área dos imóveis cadastrados pelo INCRA em Cáceres e, no MT são 73,6%. O tamanho médio da grande propriedade e Cáceres é de 4.973 ha, maior do que no MT, que é de 4.472 ha. Na categoria minifúndio, os mesmos ocupam 2,3% da área total de imóveis em Cáceres e no MT apenas 2,0%. Os minifúndios em Cáceres têm um tamanho médio de 35,2 ha e no estado é de 38 ha (PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2010).

A grande propriedade foi e ainda é o traço predominante da estrutura fundiária do município, ocupando o 4º (quarto) lugar no ranking estadual de áreas dos estabelecimentos agropecuários, ficando atrás apenas dos municípios de Paranatinga, Vila Bela da Santíssima Trindade e Cocalinhos, conforme dados do Quadro 01.

Quadro 01: Área dos grandes estabelecimentos agropecuários

	Município	Hectare (ha)
1º	Paranatinga	1.473.177
2º	Vila Bela da Santíssima Trindade	1.241.735
3º	Cocalinho	1.199.505
4º	Cáceres	1.191.839

Fonte: IBGE 2006. Org. LOIOLA, 2017.

É evidente que a estrutura fundiária do município está baseada na grande propriedade, classificada como sendo as de tamanho superior a 1000 hectares. Nesse contexto, Silva (2014), ressalta que o município conta com 148 estabelecimentos agropecuários que dominam uma área de 996.043ha, e as pequenas propriedades (menores que 10 a menos de 200 ha), representam 2.133 estabelecimentos, mas estão restritos a uma pequena parcela de 79.719 ha.

Atraídos pela estrutura fundiária, propícia para a implementação dos grandes empreendimentos agrícolas, a região tem se tornado uma “nova fronteira agrícola” como destacado amplamente pela mídia e estratégias governamentais. Em matéria vinculada no portal de notícias G1, o destaque é que:

A nova fronteira agrícola fica no entorno do Pantanal e encontra um desafio: desenvolver a produção e manter a preservação ambiental [...] A surpresa tem motivo. A região é de altitude baixa, em média 165 metros, e normalmente a soja é plantada em áreas mais altas com, no mínimo, 200 metros de altitude. Além disso, chove muito de novembro até meados de abril, o que encurta a janela de plantio e inviabiliza uma segunda safra. Em compensação, o solo e a baixa incidência de doenças e pragas garantem os resultados positivos (G1, 2014).

Em matéria vinculada no portal Dinheiro Rural, o produtor Pedro Grendene destaca que "Não devemos ter dúvida de que a soja chegou para ficar, e com ela vamos impulsionar a criação de gado". Para Ondei (2015), proprietário da fazenda Ressaca, “é hora de aproveitar, porque um hectare de terra em Cáceres custando em torno de 100 sacas de soja, enquanto nos principais polos agrícolas do estado são necessárias mil sacas para comprar um hectare”, dados do IBGE (2017), aponta que em 2017 a área plantada da soja no município foi de 3.000 mil hectares, produzindo 7.500 toneladas, indicando uma tendência de expansão da sojicultura, em virtude dos preços, condições topográficas, sazonais e logísticas das terras da região.

Tratada como sinônimo de progresso de desenvolvimento a expansão da atividade monocultura ganha destaque no portal do poder executivo municipal, ao destacar que:

Nova Fronteira da Soja atrai John Deere para Cáceres Com a abertura de uma nova fronteira da Soja na cidade de Cáceres, algumas empresas começam a se instalar no município, e a Empresa John Deere começou a construção de suas modernas instalações na Avenida São Luís, no bairro Jardim Popular. (ASCOM, 2015)

O incentivo governamental pode ser observado em matéria publicada no site da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA), destacando que a mesma.

Articulou uma audiência entre o vice-governador Carlos Fávaro e representantes de um pool de empresas que realiza a navegação comercial na hidrovía Paraguai-Paraná para avaliar a possibilidade de ampliação do serviço até Cáceres. A reunião ocorreu na tarde desta quinta-feira (12), no Palácio Paiaguás, e terminou com a garantia de o governo ser parceiro na viabilização do empreendimento (ASCOM, 2015)

Este contexto, de associação dos interesses do capital e ações governamentais exemplifica uma tendência de correlação de forças na produção dos espaços. Santos (1996, p 201) lembra que: “as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas”. Neste contexto emergem contextos desconexos da realidade social e ambiental, produzindo, portanto, novas territorialidades, enquanto promove conflitos, que por sua vez lançam desafios.

Diante do cenário otimista, aventado como progresso proveniente de um modelo monocultor, centralizador de renda e poder, se coloca os movimentos sociais, representante de pequenos produtores rurais, pescadores e ribeirinhos. Quase sempre sem espaço na mídia e negligenciados pelo público, esses grupos são responsáveis por produzir alimento para as cidades, distribuir renda e manter a atividade comercial aquecida.

A medida que a fronteira agrícola avança, expandindo a produção da soja para regiões de agropecuária tradicional e agricultura camponesa como no município de Cáceres, ocorre uma série de implicações, pois:

Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental (PIGNATTI; MACHADO; CABRAL, 2007, p. 107).

Lemos (2001) também destaca os impactos ambientais afirmando que o modelo de expansão do agronegócio vem provocando consequências irreparáveis para os ecossistemas

onde ele se instala. Causadas, principalmente devido a retirada da cobertura vegetal original (desmatamento) e pela adoção de uma única cultura (soja), vale destacar a fragilidade do solo do Cerrado. Dessa forma temos uma situação de tendência à elevação dos custos de produção pelo uso intensivo de insumos, tais como a utilização maciça de agrotóxicos, que agem diretamente, impactando na remanescente fauna e flora. Bem como, destaca o representante do grupo Fé e Vida (2016):

Até seu “Jão”² já tá plantando soja lá nas terras dele que fica ali perto de Vila Bela da Santíssima Trindade, aqui na Gleba São Luís que fica ali perto do Facão sem contar a Grendene que fica às margens do rio Paraguai. A Paiol também tem um grande número de soja, e o pessoal já tá arrendando pra plantação de soja. Então, isso é assim, é muito gritante essa questão da soja né? E o pessoal acha, a sociedade acha que isso é expansão, que isso é bom, que vai trazer desenvolvimento né? Mas até quando esse desenvolvimento que está matando a própria sociedade?³

Já em relação aos impactos sociais, Mesquita (2008) destaca que mesmo a grande expansão do agronegócio, ou mesmo da economia como um todo, não traz garantias de melhorias nas condições de vida da população. Comentando que:

[...] o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc” (MESQUITA, 2008, p. 15-16).

Sendo que em vários casos evidencia-se a apropriação de terras de forma ilegal. Fato esse, destacado pela representante do grupo Raízes (2017).

O grande problema da terra que ela tá na mão do latifúndio, mas ela não é de propriedade totalmente do latifúndio, é muito terra pública e terras devolutas e que os fazendeiros se apossaram delas, e por isso eles tem tanto medo da luta do MST, porque na verdade nenhuma fazenda aqui é totalmente legalizada⁴

A questão da terra é também relatada na entrevista feita com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai que nos explica como muitas fazendas fazem para adquirir áreas que não são parte de suas propriedades, fato esse, narrado na seguinte fala:

A questão da terra hoje ainda continua grande, por exemplo o caso de várias fazendas daqui um pedaço tem documento e outros não tem. O Governo mesmo não deu terra pra ninguém, todos os assentamentos da região foram conquistados a partir de lutas, tendo bons resultados. Hoje temos vários assentamentos na região a partir da luta mesmo. Por exemplo a Grendene, eles falam que eles têm 35.000 hectares

² Pequeno produtor que vive da produção familiar e vende seus produtos nas feiras do município.

³ Entrevista feita com o representante do grupo Fé e Vida realizada no dia 19 de agosto de 2016.

⁴ Entrevista realizada com a representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 01 de junho de 2017. Nomes dos entrevistados não serão citados por garantia de sigilo aos entrevistados.

aqui, mas eles têm documentos de 15.000ha apenas, mais da metade eles não tem documentos. A luta do MST não tem tanta força porque quase todos os juízes e políticos são comprados pelos grandes fazendeiros e empresas que não deixam eles tomarem decisões em favor dos sem-terra. Mas por exemplo, se o sem-terra ganhasse os 20 mil ha que por exemplo que o fazendeiro apossou já estaria se cumprindo o trabalho social da terra. Mas aí há luta, há morte, porque a própria polícia vai junto com o fazendeiro para tirar o sem-terra e que na verdade é tão dono como a Grendene [...].⁵

No decorrer da entrevista fica claro com a fala do entrevistado a pouca visibilidade dada aos agricultores familiares que garante boa parte da produção para o abastecimento do município. Produtores que em grande maioria comercializam seus produtos nas várias feiras que funcionam semanalmente, nos mercados, e escolas públicas do município.

O município de Cáceres possui forte expressividade quanto a luta pela terra. Silva (2014), esclarece que o movimento de luta pela democratização do acesso à terra e o combate ao latifúndio teve início antes mesmo da vinda do MST para a região. Dessa forma, a vinda do MST possibilitou uma melhor organização das famílias inseridas na luta.

A vinda do MST para Cáceres proporciona melhorias frente as lutas e conquistas, com a implantação de vários assentamentos naquela época (GRUPO FÉ E VIDA, 2017). Mas é importante constatar que outros atores contribuíram fortemente com a luta dos trabalhadores rurais como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais juntamente com integrantes da Paróquia Cristo Trabalhador e o Centro de Direitos Humanos. Assim como diz o representante Comitê Popular do rio Paraguai (2016):

Em 94/95 fomos pedir ajuda ao MST e assim eles vieram para cá e começamos a fazer trabalhos juntos e a primeira ocupação que fizemos junto com MST foi a ocupação da fazenda Santa Amélia com cerca de 2000 pessoas e ocupamos a fazenda.

Desse modo, torna-se evidente o grande protagonismo de alguns grupos frente à luta pela terra em Cáceres. O resultado foi a conquista dos primeiros assentamentos na região, sendo eles: o Roseli Nunes, Margarida Alves, Antônio Conselheiro. A representante do grupo Raízes destaca que:

Hoje os assentados estão completando 20 anos, a maioria deles. Eles estão fazendo festa de 20 anos de assentados, mas se acomodaram, até mesmo a nível de Governo Federal para surgimento de novos assentamentos. Mas também é interessante lembrar nessa história da luta pela terra, na época tanto os Direitos Humanos como a Paróquia Cristo Trabalhador, o Salomão era o pároco da paróquia e ele tinha uma visibilidade muito grande e queira ou não o Salomão ele era visto na sociedade cacerense e ele era muito forte nessa questão da organização da terra e com o

⁵ Entrevista realizada com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 08 de abril de 2017.

peçoal da terra e por isso ele sofreu muitas ameaças e tinha época que ele tinha que dormir cada dia em uma casa por conta das ameaças. Essa luta pela terra foi muito interessante porque agora a gente vê os frutos de tudo isso. Então tinha época que a gente ia em torno de 1.000 a 1.500 pessoas, todas organizadas para entrar nas terras e hoje a gente vê o sucesso que são esses assentamentos.⁶

No entanto, atualmente essa luta vem cada vez mais enfraquecendo⁷. O motivo citado por alguns dos entrevistados acontece devido a certo comodismo por parte dos trabalhadores rurais. Estes já conseguiram sua terra e assim não dão continuidade a luta pela conquista da terra para os demais integrantes do movimento que acaba por ocasionar o enfraquecimento da luta. O representante do Comitê do rio Paraguai afirma em sua fala que:

A luta pela terra já teve mais movimentado, já foi mais forte, hoje ela está mais fraca justamente por isso, o pessoal que tá hoje nos acampamentos, não é um pessoal que tem força, uma estrutura familiar, eles são um pessoal mais empregados, que trabalham. Aqueles primeiros eram o pessoal que tinham vindo da roça e voltaram pra roça. Esses já são empregados, ganham um salarinho de fome e sobrevive lá no acampamento, vai trabalhar e depois volta pra dormir no acampamento e aí fica nessa “lutazinha” aí, e não está na luta direto, fica lá quase que como um meio de não pagar aluguel. Antes o Governo ajudava muito, o INCRA, tinha a cesta básica, se faziam um acampamento, o INCRA mantinha eles, com cesta básica, lonas pra fazer as barracas, hoje não tem mais nada, isso porque o INCRA é um instituto de reforma agrária, mas que de reforma agrária não tem nada, tem de repressão ao trabalhador rural. A luta continua.⁸

Contudo, acredita-se que o enfraquecimento da luta e a desmobilização vai além da questão da não união entre os trabalhadores, é preciso analisar o contexto histórico e político vivenciado pelos grupos ambientalistas e movimentos sociais no país nos diferentes governos. O momento político não só os criminalizou, como também colocou a sociedade, via mídia sensacionalista, contra as ações dos movimentos.

Na atualidade, o município de Cáceres conta com 21 assentamentos, todos resultantes da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados pelo MST e os demais grupos sociais. O processo de criação dos assentamentos data-se de um período mais recente, o primeiro a ser implantado foi o São Luiz, com 29 famílias em 1995, e o último foi o Recompensa II em 2012 assentando 20 famílias (SILVA, 2014). Dessa forma, para melhor compreensão, podemos analisar todos o PA na Quadro 02 que expõe os dados detalhados.

⁶ Entrevista feita com a representante do grupo Raízes realizada no dia 05 de março de 2016.

⁷ Destaca-se que este enfraquecimento é perceptível quanto a luta nos acampamentos, os demais grupos sociais e organizações a luta continua forte.

⁸ Entrevista feita com o representante do Comitê Popular do rio Paraguai realizada no dia 08 de abril de 2017.

Quadro 02 - Projeto de Assentamento implantado pelo INCRA em Cáceres/MT

	Projeto de Assentamento	Famílias assentadas	Área	Data de criação
1	São Luiz	26	4.033,74	14/12/1995
2	Laranjeira I	126	10.944,00	24/02/1997
3	Laranjeira II	33	1.210,00	03/03/1997
4	Paiol	229	16.067,41	24/04/1997
5	Nova Esperança	49	1.695,286	15/12/1997
6	Jatobá	27	906	24/10/1997
7	Rancho da Saudade	45	2.407,46	19/12/1997
8	Barraqueira	71	2.326,05	20/01/1999
9	Ipê Roxo	26	1.247,00	31/12/1998
10	Corixinha	70	3.413,18	05/04/2001
11	Sapicuíá	39	1.249,77	30/08/1999
12	Limoeiro	159	8.649,39	02/02/2000
13	Facão	80	1.639,96	21/11/2001
14	Bom Sucesso	13	433,2607	18/12/2002
15	Flechas	7	309	18/12/2002
16	Sadia Vale Verde	419	13.666,91	24/04/2003
17	Katira	46	1.886,37	27/09/2003
18	Flor da Mata	22	1.187,07	02/08/2004
19	Fação/Bom Jardim	196	4.782,47	27/03/2006
20	Arraial Santana	0	15.720,00	24/11/2015
21	Recompensa II	20	1.225,43	19/03/2012
	Total	1.706	526.826,496	

Fonte: INCRA, 2017

Após a criação do último assentamento em 2015, nenhum outro foi efetivado pelo INCRA no município até a atualidade, mesmo o município tendo vários grupos de acampados vivendo próximo ao perímetro urbano e inúmeros conflitos referentes ao uso e ocupação do território cacerense. Como exemplo citamos o acampamento Cássio Ramos, onde as famílias lutam a mais de sete (07) anos pela conquista da terra, como bem explicita o representante do Centro de Direitos Humanos do município:

Então os conflitos hoje, se você vai ali no Caranguejão você se depara com uma situação clara de pessoas querendo a terra, acampados, na luta pra pode consegui um pedaço de terra, né? Então a justiça, nesse caso específico do Cássio Ramos que é o Caranguejão ali, a justiça protelou, protelou, tomou uma decisão no final, equivocada, buscando né atender os interesses do “proprietário da área” e na verdade foi pra deixa a coisa por mais tempo. Uma área que é improdutiva, mas resolveu ficar protelando pra tenta não sei o que; só sei que hoje aquela área está em litígio, não resolvida ainda, tá em Brasília, e o MST que é uma das entidades organizada que luta pela Reforma Agrária tá tentando conquista essa área ali, que é uma área que resolveria em grande parte o problema de Cáceres, que é uma área grande, dentro da cidade e ela pode ser utilizada pra resolução da fome e da miséria de muita gente. Então isso não se resolve, a concentração de terra nunca é resolvida.

⁹ Entrevista feita com o representante do Centro de Direitos Humanos realizada no dia 11 de janeiro de 2016.

Esse grupo de acampados ocupa uma área próxima à entrada da cidade, um portal de atendimento ao turismo que nunca foi efetivamente utilizado. Podemos dizer que foi dinheiro público gasto com uma obra que não foi utilizada pelo município. Essas famílias que ocupam a área do Portal estão à espera de serem assentadas pelo INCRA, mas que até o momento nada foi feito e o grupo continua sua luta.

Vou lá no Limoeiro, lá no Pantanal, cê vai numa estrada que é feia, maltratada e lá tem uma escola e é possível fazer uma produção [...], esses territórios nos oferecem muitas oportunidades, além da agricultura, turismo, porque você está em um território que você tem a terra pra produzir e do outro lado você tem o Pantanal, uma visão extraordinária, só que nós não temos nenhum projeto econômico do município pensado coletivamente pra esse direcionamento.¹⁰

Em função do descaso governamental para com a população e o ambiente pantaneiro, o município de Cáceres tem sido palco de vários conflitos socioambientais. Cada representante dos grupos e organizações socioambientais elenca aqueles que são mais alarmantes e preocupantes e que afetam diretamente a população. Os grupos e organizações socioambientais do município são Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida, Grupo Raízes, Centro de Referência em Direitos Humanos, FASE/MT, Grupo GAIA/MT, Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e representante do assentamento Ipê Roxo.

O representante do grupo UNEMAT- UNITRABALHO (2016) cita que o município tem como conflito uma história marcada pela divergência entre dois projetos em curso, sendo o do agronegócio que avança cada vez mais sobre as terras das comunidades quilombolas, terras indígenas, camponesas, dentre outros territórios que precisam ser preservados e respeitados; e de outro lado está a construção de um projeto alternativo, com a agricultura camponesa embasada na agroecologia¹¹. Esse dualismo de projetos acarreta situações conflituosas marcadas no território pantaneiro.

A representante do grupo GAIA também aponta a luta entre os dois projetos econômicos (latifundiário/capitalista e de outro lado a agricultura camponesa) que predominam no município como uma das situações conflituosas mais visíveis no município:

Hoje o município de Cáceres tem muitos assentamentos e tem uma grande quantidade de pequenos produtores, mas o que predomina localmente e o que a população acredita é que são os latifundiários, e os pecuaristas que dominam localmente [...] é esse pensamento, esse pensamento do capitalista que prevalece, de Cáceres como sendo o polo da pecuária e que os latifundiários comandam a região e

¹⁰ Entrevista feita com o representante do Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO realizada no dia 05 de setembro de 2016.

¹¹ Altieri (1999, p. 87) afirma ainda que, no âmbito da agricultura sustentável a agroecologia é uma forma de agricultura que “procura fornecer a longo prazo um rendimento contínuo, utilizando tecnologias de manejo ecológico. A produção não é orientada para a busca de altos rendimentos de um produto em particular, mas sim para otimizar o sistema como um todo”.

trazem o progresso; mas o que trazem né? É o inverso. Então se não tivesse esse conflito que é um conflito estabelecido, que já mataram muita gente aqui, já ameaçaram muita gente aqui, né. [...] o conflito ele existe, ele sempre vai tá assim nos bastidores. A luta pela terra em Cáceres ela é o tempo inteiro acontecendo, [...] esse pessoal da terra, da luta pela terra, é o pessoal com mais condições hoje de contribuir com uma sociedade sustentável, com mais condições, com mais qualidade de vida. E é claro que a gente consegue enxergar isso e as pessoas que estão no contraponto da sociedade é claro que consegue enxergar isso também, mas não fazem nada para fortalecer isso, pelo contrário [...]¹²

Corroborando com a mesma ideia, o representante do grupo Fé e Vida constata também essa divergência de projetos no município. E o mesmo ressalta ainda que para os grandes empresários e os gestores municipais e estaduais a vocação econômica do município é a pecuária. Refletindo na atualidade, com um investimento maciço na produção da monocultura da soja. Situação essa que dificulta o desenvolvimento das famílias camponesas, pois as mesmas são negligenciadas quanto ao desenvolvimento de políticas públicas que auxiliem a produção, comercialização e manutenção da agricultura camponesa. Como destaca a representante do grupo GAIA em sua fala:

Eu vejo que a única forma que tentamos desfazer esse conflito é nesse cotidiano também de tentar mudar a realidade da cidade; eu vejo o trabalho dos colegas que é pessoas que trouxe a economia solidária pra região [...] que trouxe a Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL), que eles promovem aqui e a gente vai tentando fazer trabalho que fortalecem essa base pra reverter esse conflito que não é esclarecido, mas que de fato existe; as pessoas quando passam ali pelo “Carangueirão” eles fecham o olho para fazer de conta que não veem o conflito, mas tá ali estabelecido, e as famílias acampadas não ficam a todo o momento indo a imprensa falar [...] aí eles ficam invisíveis, faz de conta que não tá ali e a gente continua aqui com a nossa propaganda do que é bom, de que em Cáceres tá tudo perfeito, então esse conflito vai nessa linha né, ele existe, mas não é reconhecido [...]

¹³

Os relatos evidenciam o conflito de interesses no município; isso porque o foco é dar visibilidade aos grandes produtores de gado e de soja, com o desafio de transformar a imagem de Cáceres na perspectiva do agronegócio, como prega o discurso capitalista de que a cidade precisa ser desenvolvida e rica da mesma forma que os municípios do norte do Estado, grandes produtores de grãos. Esse discurso é repassado para a população que, por não estar totalmente esclarecida, acaba por defender este modelo de desenvolvimento vigente, na ilusão de que esse “desenvolvimento” chegará e beneficiará a todos.

O sinônimo de “progresso”, com oportunidades de melhor qualidade de vida e emprego aos menos favorecidos que a soja carrega faz com as pessoas acreditem que todos

¹² Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017.

¹³ Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017.

poderão usufruir das riquezas adquiridas com esta produção. Entretanto, observa-se no cenário nacional e estadual que o “desenvolvimento” e o “progresso” provenientes da agricultura capitalista, dos grandes capitalistas; a população e/ou os menos favorecidos são excluídos do chamado “desenvolvimento”, restando a ela todo o ônus ambiental, social e econômico resultante. Dessa forma, a representante do grupo GAIA relata sobre esse fato presente em grande parte da população do município.

Então a soja faz parte desse mesmo processo de “desenvolvimento” que está encucado na cabeça da sociedade, pelo poder político e poder econômico; eles que encuca na população que quem traz o progresso para Cáceres são os pecuaristas, e aí veio junto com a pecuária a ideia da soja, da Hidrovia, [...] da ZPE; [...] eu vejo essa questão da soja da mesma forma, é uma forma de manter a dominação de todo o espaço, né? O povo não terá acesso a esse “progresso”, mas sofrerá os prejuízos [...]

14

Desta forma, é premente a necessidade de se apresentar os reais motivos desse discurso de “desenvolvimento econômico”, de se analisar os impactos que a produção monocultura da soja em Cáceres poderá acarretar. Porque é certo que em curto ou longo prazo, esse modelo de produção que visa a produtividade e o lucro imediato, causará prejuízos irreversíveis ao ambiente pantaneiro e a população cacerense. Nesse contexto de produção a fazenda Ressaca vem ganhando expressivo destaque não somente em produção bovina como também, mais recentemente no cultivo da monocultura da soja, utilizando a integração da lavoura pecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Natureza e sociedade estão mutuamente interligadas e interagem entre si, tornando cada vez mais necessária analisar as decisões tomadas pelos gestores e empresários no processo de produção da monocultura da soja em Mato Grosso, pois suas decisões têm afetado diretamente as condições de vida e trabalho da população local, quase sempre, ignoradas na formulação e planejamento dos grandes projetos político-econômicos voltados ao “desenvolvimento” local e regional.

As situações destacadas no desenvolvimento deste artigo evidenciam conflitos agrários que ocorrem em Mato Grosso em regiões onde o agronegócio impera e envolvem situações no âmbito rural, luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho e produção

¹⁴ Entrevista feita com a representante do grupo GAIA realizada no dia 30 de março de 2017.

(CPT, 2018). Segundo o estudo da Comissão Pastoral da Terra (2018) o número de municípios com ocorrências desse tipo aumentou e os dados colocam o estado na 1º posição no ranking do Centro-Oeste e em 6º no ranking nacional.

Mesmo diante dos inúmeros conflitos vivenciados no estado constatamos também resistência frente à expansão capitalista no território cacerense; resistência essa construída e desenvolvida pelos sujeitos que compõem os diversos grupos e movimentos socioambientais em Cáceres, os quais, em sua maioria, praticam e vivem da renda proveniente da agricultura camponesa, tanto nos territórios dos assentamentos rurais, nas áreas de quilombo, como também nas áreas ribeirinhas.

Na contramão da produção capitalista, que investe apenas na monocultura em busca da produtividade e lucro, município a produção agrícola e artesanal camponesa é rica e diversa (frutas, hortaliças, leguminosas, doces, queijos, carnes, etc.), atende ao autoconsumo e uma parte dos produtos agrícolas tem sustentado o abastecimento da comunidade local por meio de feiras da agricultura camponesa, bem como tem sido destinada a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Enfim, a resistência reside em continuar a luta por um modo de produção que valorize os sujeitos e suas culturas, bem como o ambiente e sua biodiversidade; que entenda o sentido e a importância da sustentabilidade ambiental e social; que possibilite a toda a comunidade cacerense uma boa qualidade de vida e de trabalho, tanto no campo como na cidade.

Trabalho enviado em agosto de 2019

Trabalho aceito em outubro de 2019

REFERÊNCIAS

ASCOM. **Nova Fronteira da Soja atrai John Deere para Cáceres.** Disponível em <http://www.caceres.mt.gov.br/Noticia/3104/nova-fronteira-da-soja-atrai-john-deere-para-caceres#.XUmZ2uhKjIU>. Publicada em 02/03/2015, acessado em 06/08/2019.

ASCOM. **Aprosoja.** Disponível em <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-coopera-para-expansao-de-hidrovia>. Publicado em 12/02/2015, acessado em 06/08/2019

BAMPI, A. C. et al. **Expansão da fronteira agrícola capitalista no Baixo Araguaia Brasileiro (MT): alterações ambientais e conflitos socio-territoriais.** Estudios Socioterritoriales [online]. 2017, vol.21. ISSN 1853-4392.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmicas Territoriais de Interações Espaciais: A Configuração do Circuito Espacial da Produção da Nestlé S/A.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.34, v.1, p.72-96, jan./jul.2012.

CARDOSO A., S.; SIMON, F (Orgs). **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Campo Grande: IHGMT, [1914] 2011.

DAN, V. C. **O acesso à cidade: questões socioeconômicas da cidade de Cáceres com enfoque na praça da feira**. 2010, 241 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon - PR, 2010.

FERREIRA, E. **Cáceres: capital regional no contexto de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia) 2014, 275 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói – RJ, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, set./2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, v. 34, p.1-62, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades: Cáceres/MT. 2006**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 18 de jun/2007

INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Assentamentos. 2014**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 19 de mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Assentamentos. 2014**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 19 de mar. 2017.

LEMOS, J. J. S. **O Cultivo da Soja no Sul do Maranhão**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 39. 2001, Brasília. Anais. Brasília/ DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001.

MENDES, N. F. **Memória Cacerense**. Cuiabá: Carlini & Carniato, 1998.

MESQUITA, B. A. de. Política neoliberal e os impactos na expansão do agronegócio na Amazônia. In: **Colóquio Internacional de La Sepla América Latina: Escenarios del nouvo desafios os e horizontes de transformacion**. Buenos Aires. Anais, 2008.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORENO, G; HIGA, T. C. S. (Org). **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NEVES, S. M. A da S. et al. Caracterização e análise da paisagem do Assentamento Laranjeira I, no município mato-grossense de Cáceres, Brasil. In: CASTRILLON, S. I.; PUHL, J I.; MORAES, F. f. de; LOPES, A. A. E. T. M. (Org). **Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal: recuperação das nascentes e fragmentação de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

ONDEI, V. Casamento de conveniência. In: **Dinheiro Rural**. Cáceres, jun. 2015. Disponível em: <https://www.dinheiorural.com.br/secao/capa/casamento-de-conveniencia>. Acesso em 24 de jun. de 2017.

PREFEITURA Municipal de Cáceres. **Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD)**. Comissão Especial para Atualização do Plano Diretor, 2010.

PIGNATI, W. A; MACHADO, J. M. H; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, 2007. p. 105-114.

SANTOS, W. M. dos. Cáceres, cidade da fronteira no contexto da integração regional. In: ROMAMCINI, Sônia Regina (Org). **Novas Territorialidades nas cidades mato-grossense**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SILVA, M. de O. **A (Re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul**. 2014. 211f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2014.

HEIDRICH, A. L. Conflitos Territoriais Na Estratégia de Preservação da Natureza. In. SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Globo Rural. **Desenvolver a produção de maneira sustentável é desafio no Pantanal**. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/02/desenvolver-producao-de-maneira-sustentavel-e-desafio-no-pantanal-de-mt.html>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

ONDEI, V. **Casamento de conveniência: A integração da lavoura com a pecuária pode transformar a região do Pantanal na nova fronteira do agronegócio, em Mato Grosso**. Disponível em <https://www.dinheiorural.com.br/secao/capa/casamento-de-conveniencia>, Acesso em 06 de Agosto de 2019.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

AGRADECIMENTOS

A FAPEMAT pelo apoio financeiro para realização da pesquisa.